

Homenagem*

Pronunciamento por ocasião da cerimônia de outorga do título de Professor Emérito

**Campinas, Instituto de Geociências/Unicamp,
5 de setembro de 2024**

Wilson Suzigan**

Cumprimentos e Agradecimentos

– Componentes de mesa: Professor Doutor Antônio José de Almeida Meirelles, Magnífico Reitor da Unicamp; Professora Doutora Maria Luiza Moretti, Coordenadora Geral da Unicamp; Professor Doutor Márcio Antônio Cataia, Diretor do Instituto de Geociências; Professor Doutor Sergio Luiz Monteiro Salles Filho, meu padrinho nesta cerimônia.

– Amigos/amigas, colegas, alunos/alunas, meus queridos familiares.

Fico muito feliz e muito honrado com essa homenagem, que quero compartilhar com todas as pessoas com quem interagi ao longo de mais de 50 anos – colegas, alunos, orientandos/as (desde IC até M e D), que me propiciaram um processo contínuo de aprendizado mútuo. São essas interações que tornam a vida acadêmica profícua e sempre estimulante.



* DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1017

** Professor Colaborador do Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil | ORCID: 0000-0002-2193-4756 | E-mail: wsuzigan@unicamp.br



Não tenho a pretensão, neste meu pronunciamento, de discutir meus próprios trabalhos acadêmicos. Essa tarefa, como sempre, cabe às sucessivas gerações de pesquisadores que, com teorias e métodos cada vez mais aprimorados, promovem o avanço do conhecimento científico.

O que quero fazer neste meu pronunciamento é uma breve reflexão sobre o objeto de estudo ao qual me dediquei – desenvolvimento industrial e política industrial. Com esse propósito, vou:

- 1) Fazer um breve depoimento sobre como e por que abracei essa área de ensino e pesquisa. Ao fazer isso, quero prestar minha própria homenagem a dois ilustres professores do meu mestrado, com quem tive a oportunidade de trabalhar nos meus primeiros anos na profissão;
- 2) Comentar, em linhas muito gerais, a evolução das pesquisas e da prática de política industrial como política de desenvolvimento econômico e social.

Passando imediatamente ao 1º ponto: o depoimento que quero fazer talvez soe um pouco estranho ao protocolo, mas é algo que sempre tive vontade de contar. Foi uma experiência de vida que definiu meu rumo na profissão.

Em toda a minha vida profissional, meus interesses de pesquisa sempre recaíram sobre o desenvolvimento industrial como forma de superação do subdesenvolvimento e sobre as respectivas políticas públicas, com ênfase nas políticas industrial e de Ciência, Tecnologia e Inovação. [Só houve um desvio de rota, sobre o qual vou falar mais adiante, apenas como curiosidade].

De onde vieram esses interesses é uma questão que eu mesmo me coloquei ao fazer essa reflexão. Tive poucas oportunidades de falar sobre isso, inclusive com pessoas mais próximas. Por isso, achei que seria interessante trazer essa minha memória aqui hoje.

Esses interesses vieram:

1º do contexto dos anos 1950/início dos 60. O desenvolvimento industrial como o caminho para o desenvolvimento econômico e social era quase um consenso. É verdade que havia um debate entre liberais e desenvolvimentistas, que se resumia na discussão sobre vocação agrária versus industrialização, mas predominava a visão progressista da necessá-

ria industrialização do país. Exponentes dessa visão eram Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Ignácio Rangel e tantos outros.

2º esses interesses vieram dos meus primeiros anos de vida profissional. Nesses anos, tive a felicidade de trabalhar com dois dos meus professores do mestrado, Isaac Kerstenetsky e Annibal Villela. Logo após terminar meu curso de mestrado, eu não tinha ainda definido uma perspectiva profissional. A convivência com esses dois mestres nos meus primeiros anos de trabalho como economista foi fundamental para definir um rumo na pesquisa e na docência. Além disso, seus exemplos de integridade e seriedade profissional reforçaram minhas convicções e pautaram minha conduta na profissão e na própria vida.

Isaac e Villela, como eram conhecidos, foram economistas de projeção nacional e internacional. Um rápido perfil profissional dos dois mostra que:

Isaac Kerstenetsky

- chefiou o Centro de Contas Nacionais da FGV nos anos 1950,
- foi diretor de pesquisas do IBRE/FGV na década de 1960,
- presidente do IBGE na década de 1970,
- professor nos departamentos de História e de Economia da PUC-Rio; na EPGE – Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, e no Instituto de Economia da UFRJ. Foi também professor visitante no Departamento de Economia da Universidade de Yale (1963-1964), e da Universidade de Illinois (1968).
- no plano internacional, foi membro da delegação do Brasil na 1ª Conferência de Meio Ambiente, em Estocolmo (1972) e na Conferência Mundial de População, em Bucareste (1974); e participou da Comissão de Estatística das Nações Unidas (1970-1979).

Annibal Villela

- trabalhou com Isaac no Centro de Contas Nacionais da FGV no início dos anos 1950,
- no Departamento Econômico do BNDE, onde colaborou nos estudos do chamado Grupo Misto CEPAL/BNDE sob a liderança de Celso Furtado,

- foi diretor do Instituto de Economia e Finanças e do curso de economia do Escritório Técnico do Banco do Nordeste (1954-56),
- diretor da Divisão de Energia e Transportes do Departamento Econômico do Conselho Nacional de Economia (fins dos anos 50), onde também lecionava Estatística, Macroeconomia e Contabilidade Social,
- foi chefe do Setor de Estudos Industriais da Confederação Nacional da Indústria,
- No início dos 60 voltou para a FGV como assessor da Comissão Diretora do IBRE e como professor do então criado Centro de Aperfeiçoamento de Economistas, precursor da EPGE,
- Na segunda metade dos anos 60 Villela trabalhou na divisão de indústria do Departamento Econômico do Banco Mundial e,
- em fins dos anos 60 voltou para a FGV, onde chefiou um grande projeto de pesquisa sobre a história econômica do Brasil República (1889-1945).
- nos anos 70, foi Superintendente do Instituto de Pesquisas do IPEA e, depois, secretário executivo de Assuntos Econômicos e Sociais da OEA
- Organização dos Estados Americanos.

O que eu quero destacar, dentre os atributos profissionais de ambos, são: a experiência na elaboração das contas nacionais, o trabalho e o ensino de estatística econômica, o foco na indústria e no desenvolvimento industrial (Villela, principalmente), a visão em perspectiva histórica na análise econômica, tudo isso numa combinação virtuosa de ensino, pesquisa e administração. Esses atributos tiveram grande influência em minha formação e na escolha do meu objeto de estudo, no ensino e na pesquisa, bem como nos métodos que adotei, combinando análise econômica com dados estatísticos confiáveis e conhecimento da história e das instituições.

Os fatos que me levaram por esse caminho são simples:

Assim que terminei meu curso de mestrado, comecei a trabalhar no Centro de Contas Nacionais do IBRE/FGV, sob a direção de Isaac. Meu primeiro trabalho foi o de elaborar séries históricas de comércio exterior do Brasil para o período 1920-1964, com discriminação por setores industriais. Essas séries seriam utilizadas para compor as séries históricas de indicadores econômicos publicados na revista *Conjuntura Econômica*, da FGV.

Com autorização de Isaac, utilizei essas séries de importação e exportação por setores industriais para analisar o processo de industrialização por substituição de importações no Brasil entre 1920 e 1964. Esse trabalho foi minha dissertação de mestrado, defendida na EPGE em 1968. Celso Furtado foi meu autor de referência na fundamentação teórica da dissertação.

Quando Villela saiu do Banco Mundial e voltou para a FGV no final dos anos 60, tomou conhecimento da minha dissertação e me convidou para trabalhar com ele no projeto de pesquisa sobre a história econômica do Brasil República (1889-1945). Villela tinha verdadeira obsessão por dados estatísticos confiáveis, e orientou toda a equipe a construir séries históricas de produto real, industrial e agrícola; comércio exterior, preços, finanças públicas, demografia, e indicadores sociais. Eu me envolvi diretamente com esse trabalho estatístico e fiquei responsável pelas estimativas de produto real da indústria e da agricultura, e pela análise do desenvolvimento industrial.

Quando Villela assumiu a Superintendência do Instituto de Pesquisas do IPEA, no início dos anos 70, levou-me para trabalhar com ele na coordenação de projetos de pesquisa na área de indústria e política industrial. A partir daí, segui por esse rumo, nas pesquisas do IPEA, na tese de doutorado, e na docência e pesquisa na Unicamp, tanto no Instituto de Economia quanto no Instituto de Geociências, trabalhando sempre com economia aplicada, foco em desenvolvimento industrial e nas políticas industrial e de Ciência, Tecnologia e Inovação, combinando trabalho empírico, perspectiva histórica e atenção às instituições.

O desvio de rota que mencionei no início foi minha participação num projeto sobre a história monetária do Brasil, que resultou num livro com esse mesmo título publicado pelo IPEA em 1976. O projeto era financiado pelo Social Science Research Council, dos Estados Unidos, e o responsável era um pesquisador cubano-americano ligado à Universidade de Vanderbilt. Quem foi convidado para trabalhar nesse projeto foi o Annibal Villela, mas na primeira reunião com o responsável pelo projeto houve um sério desentendimento, e o Villela me designou para substituí-lo. Para isso concedeu-me um ano sabático no Departamento de Economia da PUC-Rio. Minha participação no projeto foi a elaboração de séries monetárias para o Brasil desde o primeiro Banco do Brasil até o início da

década de 1970. Essas séries e a respectiva metodologia foram publicadas no livro e também no volume de Estatísticas Históricas do Brasil, do IBGE.



Evolução das pesquisas e da prática de política industrial como política de desenvolvimento econômico e social

Sem pretender ser exato nem abrangente, quero dizer que quando começamos a trabalhar com política industrial não havia um corpo teórico específico para essa política. Usavam-se as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento (Furtado), a doutrina cepalina, a teoria da proteção (Corden), as ideias de Albert Hirschman sobre desenvolvimento desequilibrado e linkages, e outras.

Mas já havia uma corrente de pensamento desenvolvimentista que defendia a industrialização e a criação de instituições e instrumentos de política industrial.

E havia a prática internacional, especialmente o caso do Japão, que era muito notório nos anos 50/60.

Posteriormente começa a tomar corpo um conjunto normativo que gradativamente daria origem a uma fundamentação teórica coerente para a política industrial, com destaque para:

1. Os trabalhos de OCDE, *The Aims and Instruments of Industrial Policy* (1975) e *Relatórios de Política Industrial de países membros da OCDE* (nos anos 1970/80);
2. W. M. Corden, *Relationships between macroeconomic and industrial policies*, artigo de 1980, pioneiro na discussão da relação entre política macroeconômica e política industrial, e também na consideração da importância da “doença holandesa” no âmbito da política industrial;
3. Livro de Chalmers Johnson sobre política industrial no Japão;
4. *A Teoria das Convenções*, aplicada à política industrial no Brasil por Fábio Erber;
5. As contribuições de Chris Freeman e Richard Nelson (sistemas de inovação), Ha-Jon Chang (livro sobre a economia política da política industrial), Giovanni Dosi (artigo seminal: *Institutions*

and Markets in a Dynamic World, 1988), Cimoli, Dosi & Stiglitz (Política Industrial e Desenvolvimento, 2009), Mariana Mazzucatto (política industrial orientada por missões) e outras contribuições mais recentes, principalmente aplicações da abordagem da “doença holandesa” (ou a maldição dos recursos naturais) aos estudos sobre desindustrialização (Bresser-Pereira e outros), e trabalhos empíricos com exercícios contrafactuais.

Esse rápido olhar pelo retrovisor parece sugerir que já temos uma linha mestra da evolução do conhecimento teórico e empírico nessa área. Mas ainda há necessidade de um trabalho de pesquisa que complemente, consolide e avalie esse conjunto de contribuições. Fica aqui como sugestão de pesquisa: estudar essa linha mestra da construção de conhecimento teórico e empírico sobre política industrial e desenvolvimento e comparar com as teorias e práticas de políticas industriais historicamente aplicadas no Brasil. Algumas perguntas de pesquisa poderiam ser: esse instrumental é funcional para fazer política industrial no mundo de hoje? É compatível com o objetivo de superar a condição de país periférico, preso na armadilha da renda média, e tecnologicamente dependente? É necessário pensar numa abordagem multidisciplinar, com perspectiva histórica e com distintas visões de mundo, não apenas aquela que reforça nossas convicções.

Política industrial e desenvolvimento no Brasil:

Pensem num gráfico com as tendências de longo prazo de quatro componentes: 1 – produção industrial, 2 – investimento industrial, 3 – políticas industriais [assinaladas no gráfico por intervalos de tempo], e 4 – instituições [datas de criação ou de vigência de normas].

Quando a gente olha para um gráfico desse tipo são nítidas duas grandes fases: (1) – antes da década de 1980 e (2) – a partir da década de 1980. O contraste entre elas se dá em todos os sentidos: a 1ª fase foi de crescimento rápido da produção e do investimento, com políticas industriais e construção institucional, e a 2ª fase foi de estagnação da produção (em termos per capita) e do investimento industrial, com desconstrução institucional, forte reação liberal contra a política industrial, e desindustrialização.

Explorar o contraste entre essas duas grandes fases poderia ser o tema de uma segunda parte da pesquisa sugerida, complementar à primeira (sobre teorias e trabalhos empíricos), também com abordagem multidisciplinar: economia política, ciência política, sociologia, história, geografia etc. Há muitos aspectos a explorar com teorias e métodos mais atualizados. E não se trata de contrastar a “fase boa” com a “fase ruim”. Cometemos muitos erros na “fase boa” antes dos anos 1980 (proteção redundante, verdadeiras doações de capital por meio de incentivos fiscais e créditos subsidiados, descaso com a educação, e por aí vai). Reconhecer esses erros seria um primeiro passo para entender os problemas da segunda fase, a partir dos anos 1980. E foram muitos problemas.



– Após mais de quatro décadas de estagnação, chegamos ao momento atual, em que os desafios são gigantescos, mas também novas oportunidades são oferecidas.

Os desafios podem ser sintetizados na questão de como dar o salto tecnológico para as novas tecnologias sem ter avançado nas tecnologias das revoluções industriais anteriores, e sem ter criado os condicionantes gerais de uma estratégia de desenvolvimento industrial, principalmente educação, cujo desleixo foi nosso maior erro histórico. Nas revoluções industriais anteriores era mais factível assimilar os avanços tecnológicos e qualificar trabalhadores. Agora, o nível de complexidade é muito maior e avança a passos cada vez mais rápidos, impondo requisitos de aprendizado e assimilação muito mais sofisticados, que exigem um sistema compatível de educação, ciência, tecnologia e inovação. Esse é o nosso grande desafio para um futuro mais inclusivo em todos os sentidos.

As oportunidades, por sua vez, podem ser sintetizadas no renascimento da Política Industrial a partir da 4ª revolução industrial e das crises desencadeadas pela pandemia, pela guerra na Ucrânia, e pela guerra-fria comercial e tecnológica, que geram uma nova etapa geopolítica da Política Industrial, na qual competem não apenas empresas, mas também nações e blocos político-econômicos regionais (Fernando Fajnzylber enfatizava esse ponto já nos anos 1980). Políticas industriais agora são dire-

cionadas para organizar e coordenar ações visando reconstruir elos de cadeias produtivas, digitalizar a economia e a sociedade (numa visão integrada de agricultura, indústria, serviços, infraestrutura, governo, educação, saúde), promover a descarbonização da economia e da sociedade, a bioeconomia e a transição para energias de fontes renováveis. Para recuperar nossa capacidade de definir e implementar esse tipo de política industrial precisamos que nossas instituições evoluam no sentido de romper a chamada histerese institucional, escancarar a reação ideológica à política industrial e o poder dos lobbies que desvirtuam essa política, e recuperar a capacidade de coordenação dos instrumentos e ações para enfrentar os novos desafios. Não é tarefa fácil, mas estamos pelo menos vivendo um momento de esperanças.

Uma dessas esperanças é a Nova Indústria Brasil (NIB), que é um bom exemplo de política industrial abrangente, na concepção que nós defendemos na Unicamp desde os anos 1980. Estruturada no formato de política orientada por missões (Mazzucato), apresenta instrumentos, atores, resultados esperados. Eu gostaria de ser otimista com essa política, mas ela depende de muitas regulamentações, aprovações pelo Congresso, projetos de lei, novos programas de ação que ainda precisam ser elaborados e implementados, e quando eu penso no Congresso que nós temos hoje bate certo desânimo... Mas vale a palavra de ordem: a luta continua!

Um país como o nosso, com suas dimensões geográficas, sua diversidade e seus recursos naturais e humanos não pode abdicar do desenvolvimento industrial, sob pena de comprometer seu futuro.

Muito obrigado!

